



Agenda política

Participação e representação política das mulheres nas comissões executivas do PP e PT no município de Santa Maria/RS

63

Participation and political representation of women in the executive committees of PP and PT in the city of Santa Maria/RS

*Gabriela Machado Da Silva¹
Rosana Soares Campos²*

Resumo: Esta pesquisa busca, através de um estudo comparativo, analisar a participação e representação política feminina nas comissões executivas municipais do PP e PT em Santa Maria/RS, com recorte temporal entre 1999 e 2019. Com relação à participação política, observada a partir de dois tipos: legal e paritário, através de uma

¹Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gabimachado360@hotmail.com. Este artigo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado que contou com bolsa CAPES.

²Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPG-Ciências Sociais/UFSM. E-mail: rosanascampos@yahoo.com.br

análise quantitativa, verificou-se em ambos partidos predominância masculina, mas o PT apresenta, e de forma crescente, maior participação feminina em suas instâncias de poder, configurando uma tendência ao que se chamou neste estudo de participação legal. E chegou à paridade de gênero na última composição (2017-2019). Já o PP com participação feminina baixa, e por vezes inexistente, demonstra uma tendência conservadora na escolha da sua composição diretiva. Na análise da representação política feminina, observada a partir de dois tipos: cargos simbólicos e cargos chaves, ainda é possível observar estereótipos sociais de gênero incutido em uma sociedade patriarcal nos dois espaços partidários estudados.

Palavras-chaves: Participação Política; Representação Política; Gênero; Partidos Políticos.

Abstract: This research seeks, through a comparative study, to analyze the participation and political representation of women in the municipal executive committees of PP and PT in Santa Maria/RS, between 1999 and 2019. As for political participation, there was a predominance of males in both parties, but PT has a greater female participation in its instances of power. PP, with a low and sometimes nonexistent female participation, demonstrates a conservative tendency in choosing its directive composition. In the analysis of female political representation, it is still possible to observe social gender stereotypes inserted in a patriarchal society in both of the studied parties.

64

Keyword: Political Participation; Political Representation; Gender; Political Parties

1. Introdução

A presença feminina na política é um debate que vem se tornando prioritário nas últimas décadas, principalmente quando associada ao desempenho das instituições democráticas sejam elas recentes ou consolidadas. De acordo com Diamond e Morlino (2005), um cenário de exclusão da mulher na política institucional e partidária comprometeria a legitimidade e a qualidade das democracias representativas. Entretanto, a presença feminina atualmente é ínfima nos espaços decisórios, sobretudo quando se trata das esferas da vida política.

Quando se observa o funcionamento interno dos partidos políticos, especificamente as comissões executivas, a presença de mulheres é inexpressiva. Em âmbito das comissões nacionais a média é de 11%³ e nas estaduais varia de 5% a 13%

³ Disponível em: < <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/geppal/inicio,18161.html> > Acesso em: 09/09/2016

(Barbosa, 2015). Por ser um espaço que possui o caráter e a competência de direcionar as demandas partidárias, as comissões executivas exercem uma grande influência na participação e representação feminina na política. É dentro desses espaços que as decisões de maior relevância para as agremiações são decididas.

De acordo com o estudo de Barbosa (2015), o partido com maior presença feminina nas comissões executivas estaduais é o PT (Partido dos Trabalhadores), com 30%; devido à sua política de implementação da paridade de gênero nas direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias desde 2010. No bloco dos partidos que não utilizam cotas internas o PP é o que consegue recrutar uma participação mais significativa das mulheres nos cargos das comissões, com aproximadamente 16%; enquanto nos demais partidos desse bloco a participação feminina varia entre 5% e 13%.

Estudos demonstram que a inclusão das mulheres na política possui formas diferentes dependendo do partido e do posicionamento ideológico (Avelar, 2011; Araújo, 2005). Isso quer dizer que os partidos são conduzidos por normas internas que constituem a sua natureza organizacional e ideológica. As comissões executivas fazem parte do núcleo central de poder partidário e sua composição reflete essa natureza organizacional e também o seu padrão de recrutamento (Ribeiro, 2014). É nesse sentido que Araújo (2005) argumenta que a pequena participação das mulheres nesses espaços decisórios reflete a ideologia dessas organizações. No âmbito municipal ainda não se tem evidências acadêmicas. Nessa direção este artigo tem dois propósitos: 1) analisar a presença feminina, através das categorias de participação e representação, nas comissões executivas do PP e do PT no município de Santa Maria/RS e 2) verificar se o ingresso das mulheres na política partidária se diferencia a partir do espectro ideológico ao qual o partido pertence. É um estudo comparativo, com recorte temporal entre 1999 e 2019.

Os partidos foram selecionados através de duas variáveis: 1) participação partidário-legislativa feminina no município de Santa Maria/RS, a partir da primeira versão da lei de cotas de 1995 - (em seis pleitos eleitorais, de 1996 a 2016, PT e PP

foram os partidos que obtiveram o maior número de mulheres eleitas, totalizando quatro em cada agremiação); e 2) posicionamento no espectro político-ideológico: esquerda e direita.

A opção pela análise das comissões executivas partidárias foi devido às evidências na literatura (Araújo, 2005; Sacchete Speck, 2012; Norris, 2013); que identifica a presença de mulheres nesses espaços decisórios como o resultado do aumento das chances de êxito eleitoral feminino. Por fim, o município de Santa Maria/RS foi escolhido por duas razões: em primeiro lugar; pela importância das duas legendas na cidade e em segundo; o histórico de representatividade política do município nos cenários estadual e nacional.

O artigo está dividido em três partes. Primeiro discute-se participação e representação como conceitos e práticas políticas. Em seguida apresenta-se a trajetória dos partidos em Santa Maria/RS. Por fim, a apresentação dos dados, métodos, resultados e análise.

66

2. Apontamentos teóricos sobre participação e representação política

Participação, enquanto categoria de estudo, possui uma diversidade de sentidos. É evidenciada tanto restrita às esferas eleitorais (Milbrath, 1965 apud Borba, 2012) como a um largo escopo de atividades (Avelar, 2004).

Nessa direção, Borba e Ribeiro (2011, p.3) entendem que participação política “refere-se a comportamentos orientados para obtenção de bens públicos ou a influenciar o processo político, cabe definir quais são as formas pelas quais ela se materializa”. É nesse sentido que os autores evidenciam uma distinção nas formas que a participação política se materializa: a) convencional, caracterizada pela prática eleitoral e partidária; e b) não convencional, mais evidenciada nas sociedades contemporâneas e caracterizada por ações externas à arena política institucional, como por exemplo, protestos, ocupações, greves e outros.

Lucia Avelar (2004) sintetiza essa relação convencional e não-convencional em três tipificações sobre a participação política. **O canal eleitoral**, que envolve “todo tipo de participação eleitoral e partidária” (Avelar, 2004, p.226) e possui como características na sua forma de participação política o ato de votar, candidatar-se,

filiar-se a um partido político e arrecadar ou fornecer fundos para campanhas eleitorais. Os **canais corporativos** como uma espécie de instância intermediária de organização de categorias e associações de classe, a fim de defender interesses próprios, uma relação de mediação entre a sociedade e o Estado. A última tipificação diz respeito ao **canal organizacional** como maneiras “não institucionalizadas de organização coletiva como os movimentos sociais, as subculturas políticas etc.” (Avelar, 2004, p.225).

Participação política, e não obstante a feminina, foi considerada por muito tempo apenas o ato de votar e ser votado. Essa perspectiva mensurava a presença feminina nesses espaços a partir de taxas de comparecimento, candidaturas, votação e êxito eleitoral. As atuais referências literárias entendem que a participação política das mulheres deve ser analisada além dos fatores eleitorais -formais, englobando espaços onde a presença feminina deixa de ser apenas numérica e passa a ter poder de decisão. É nesse sentido mais amplo de participação política, como comportamento orientado para além do processo eleitoral, que este artigo utiliza a categoria para analisar a presença das mulheres nas comissões executivas do PP e do PT em Santa Maria/RS; com o objetivo de auxiliar na compreensão do processo de inserção da mulher na política brasileira. Por isso aqui faz-se uma distinção entre participação e representação política. Neste estudo a participação é observada através da presença (em número) das mulheres nos espaços de decisão do partido. Já a representação política é analisada a partir dos cargos que as mulheres ocupam nessas comissões. É nessa direção que o estudo de Hanna Pitkin (1979) colabora para se compreender o quanto intensa/decisória/valorativa ou não é a presença da mulher nesses espaços de poder, a partir da concepção da representação como uma atividade social. Sua tipologia sobre representação política é entendida a partir de quatro concepções: formalista, descritiva, simbólica e substantiva.

Na visão formalista a representação concentra-se em normas e procedimentos; resumindo-se a uma autorização prévia do representado e, por conseguinte, uma responsabilização do representante. A representação descritiva, é caracterizada pelo reflexo do representado, como uma imagem à semelhança. A visão simbólica denota a forma como o representante se apresenta ao representado, fundada na identificação.

Por fim, a representação substantivem como essência a confluência entre interesses dos representados e ações dos representantes.

Para este trabalho duas visões têm maior relevância: a descritiva e a substantiva. A argumentação central em prol da visão descritiva está situada na noção de promover espaços de diálogos e tomada de decisão para grupos sem representação. No entanto, duas questões problemáticas são apontadas sobre a representação descritiva. Primeiro, refere-se ao fato de ser complexa a representação de todos os membros da sociedade e suas demandas. Ou seja, um representante dificilmente vai conseguir ser o reflexo de todos seus representados (Pitkin, 1979), porque cada indivíduo possui suas características ou identidades a partir de diversos fatores, como gênero, raça e classe (Phillips, 2001). A outra questão diz respeito a quais grupos sociais devem ser levados em conta para que a representação descritiva seja considerada uma representação fiel da sociedade (Phillips, 2001). Pitkin critica essa visão, pois o representante deixa de atuar para substituir, pois, por mais que o representante se assemelhe aos representados ele não poderia ser considerado uma amostra fiel do grupo.

68

Phillips (2001) se aproxima da noção de representação descritiva, caracterizada por Pitkin, ao desenvolver a concepção sobre uma “política de presença”. De acordo com Phillips, um parlamento predominantemente masculino não está hábil a representar as mulheres de maneira apropriada. Para ela, é necessário criar mecanismos que impulsionem a inserção desse grupo a partir de políticas de cotas de gênero. Pitkin (1979) pauta seu trabalho por uma visão substantiva da representação, na qual os representantes necessitam ter certo grau de autonomia para desenvolver suas ações, mas estas devem ser pautadas no interesse dos representados. Conforme a autora, é substantiva porque refere-se ao modo como essa representação é feita - devendo ser uma relação recíproca de ação e responsabilidades entre representantes e representados. Para Pitkin, não pode ser considerado representante aquele que com frequência recorre ao eleitorado, tampouco aquele que age de maneira à parte dos seus representados.

De acordo com a teórica política alemã, sempre haverá uma tensão entre independência e representação, entre o que é o ideal e a real representação. Mas a

representação substantiva, sendo compreendida pelo “agir por” (*acting for*) tem como princípio certo grau de liberdade para agir sem entrar em persistente contradição com seus representados. É nessa direção que Pitkin conceitua a representação como o agir no interesse dos representados, sendo responsivo.

Fundamentada nesta discussão teórica, esta pesquisa compreende, diferencia e operacionaliza participação a partir da concepção de ocupação dos espaços em termos quantitativos (número de mulheres). A representação é observada através do espaço o qual as mulheres ocupam, que as possibilitam agir em nome e no interesse de outrem. Neste sentido, esta pesquisa orienta-se pela afirmação de Celi Pinto (2001, p. 103) de que “é na complementaridade e na tensão entre representação e participação que a questão das mulheres se coloca e pode ser mais adequadamente apropriada”. Por isso, conforme a autora, é uma questão que deve ser examinada tomando a participação como uma forma entre outras da representação e “...tomando as diferentes formas de participação como fundamentais para a realização de uma representação mais adequada ao conjunto dos interesses em luta.” (Pinto, 2001, p.103)

69

2.1. As relações de gênero no núcleo de poder partidário

A participação e representação política das mulheres está intrinsecamente ligada aos partidos políticos. Logo, faz-se necessário a presença feminina nestes espaços para reconhecimento, visibilidade e concretização de suas pautas. No entanto, a baixa presença das mulheres no cenário político remete, entre outros fatores, a obstáculos oriundos da maneira de fazer política nos partidos.

Em sua “lei de ferro da oligarquia”, Robert Michels (1982) já constatava nos partidos políticos a tendência de os dirigentes formarem um círculo restrito e se perpetuarem no poder. Esse fenômeno, como uma consequência da expansão das organizações e com a dificuldade de inserir as massas em todos os espaços de deliberação partidária, fez surgir uma elite no seio de um espaço democrático; resultado de uma delegação, estratificando o poder político através da dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam (Michels, 1982, p. 238). Em concordância com essa concepção, Duverger (1980) afirma que as esferas de direção partidária se inclinam a

uma oligarquia fechada, uma “classe de chefes” e um “círculo interno” de difícil acesso. O autor ainda evidencia que esse fenômeno está presente mesmo em partidos ditos mais abertos e democráticos.

Nessa linha, Ribeiro (2014) defende a tese de que as esferas de maior poder partidário são compostas por elites políticas já consolidadas. Nesse sentido, entendendo que esses grupos são compostos por quem já detêm o poder a algum tempo, é ínfima a abertura para novos atores políticos; nesse caso as mulheres.

As mulheres são minorias em todos os cenários analisados nos espaços de tomada de decisão partidária (Barbosa, 2015). Para mudar essa condição é necessário alterar, incluir, excluir determinadas pautas partidárias. A dificuldade está na tensão de interesses e na predominância de lideranças masculinas que regem os partidos e se beneficiam dessa desigualdade de gênero intrapartidária.

Sendo as comissões executivas instâncias decisórias centrais na vida partidária (Ribeiro, 2014), compor essa esfera de poder oportuniza a inserção mais rápida das mulheres na política. Esse espaço é entendido como uma porta de entrada que influencia de forma direta a possibilidade de empoderamento, visibilidade e representação eleitoral feminina, visto que “as Comissões Executivas congregam as principais lideranças dos partidos políticos” (Barbosa, 2015, p. 2).

Em estudo realizado sobre as elites partidárias brasileiras no período de 2013 a 2015, Barbosa (2015) evidenciou que os índices de presença feminina nas comissões executivas estaduais figuravam bem abaixo da presença masculina, a percentagem média de mulheres que estão inseridas nesse ambiente fica entre os 5% e 13%, figurando no extremo máximo 30% nas agremiações estudadas, sendo sua maior concentração em partidos de esquerda. Conforme o autor, isso se deve à adoção de mecanismos de cotas internas para cargos de direção nos partidos desse espectro ideológico.

Outro fator evidenciado por Barbosa (2015) é com relação aos cargos ocupados por mulheres nesse ambiente. Nos cargos de maior importância partidária ou chamados de núcleo duro (Presidente, vice-presidente, secretário geral e temáticos e tesoureiro), o cenário permanece de grande desigualdade entre os gêneros. Os homens são preponderantes em todas as comissões analisadas e, em alguns partidos,

as mulheres nunca chegaram a ocupar cargos de maior relevância burocrática. Assim, a participação nas esferas decisórias partidárias (Diretórios e Comissões Executivas) não contribuem significativamente para a presença das mulheres nos núcleos duros das Comissões Executivas.

2.2. A política de cotas: um mecanismo para impulsionar a participação e representação feminina na política

Uma maneira de impulsionar as mulheres, entendendo-as como um grupo excluído dos espaços políticos, encontra-se nas políticas de cotas de gênero. Araújo (2001) identifica dois tipos de mecanismos de cotas dentro da esfera eleitoral. Um deles parte da iniciativa dos partidos de incrementar em sua lista de candidaturas uma representação fixa de mulheres, mesmo sem uma legislação formal que os obriguem. O outro está na forma de lei e, dependendo do país, pode ocorrer de duas maneiras: 1) a partir da imposição de um percentual mínimo de reserva ou preenchimento das listas eleitorais para as mulheres ou para cada sexo que os partidos apresentarão, ou 2) através de uma reserva ou preenchimento de assentos a serem ocupados pelas mulheres.

O contexto brasileiro está dentro das políticas de cotas formalizadas pela lei e aplicadas no preenchimento mínimo de 30% para cada sexo. Em 1995 foi aprovada a Lei n.º 9.1003, que obrigou os partidos políticos reservarem uma cota de 20% para as mulheres nas eleições municipais do ano seguinte. Em 1997 foi aprovada a Lei n.º 9.5044 estabelecendo um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para qualquer um dos sexos e ampliando a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional. E em 2009, com a Lei 12.0345, os partidos foram obrigados a não apenas reservar, mas preencher esse percentual das vagas nas chapas eleitorais para as candidaturas. A lei ainda prevê no mínimo 5% dos recursos partidários na aplicação de programas de promoção e capacitação de mulheres e o emprego de 10% do tempo de propaganda partidária em rádio e TV para promover a participação das mulheres na política. Em maio 2018, o Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral decidiram ampliar essa determinação, entrando em conformidade com os percentuais da lei de cotas. Dessa forma, os partidos políticos são obrigados a destinar no mínimo

30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as mulheres e, da mesma forma, um mínimo 30% do tempo total da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV às mulheres que pleiteiam um cargo eletivo.⁴

Porém, as cotas são consideradas frágeis e limitadas para a efetiva representação das mulheres na política. Primeiramente, pela falta de punição aos partidos que não cumprem a reserva de cotas de no mínimo de 30% para as mulheres. E, segundo, por apenas se restringir aos aspectos eleitorais proporcionais. As eleições majoritárias, bem como cargos de primeiro escalão e ministérios, não estão incluídos na legislação. No Brasil, as cotas possuem outra peculiaridade que influencia nos baixos índices de representação política feminina: com a aprovação do preenchimento de um mínimo de mulheres nas candidaturas partidárias, também subiu o número de candidaturas totais dos partidos possibilitando o aumento de candidaturas masculinas.

3. A lógica da formação do PP e PT em Santa Maria: uma história política

É preciso conhecer a história política de Santa Maria/RS para entender a formação e organização do PP e PT no município. A formação de ambos os partidos sofreu influência dos processos políticos e de poder que perduram na cidade. Santa Maria está situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, é a quinta cidade mais populosa do estado e a maior da região central.

A história política do município passa necessariamente pela constituição de um tripé histórico-político composto por: (i) **militares**: aposição geográfica de Santa Maria no centro do estado cercada de morros propiciou a instalação estratégica do segundo maior contingente militar do país, atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro. Esse fato remonta à gênese do município que possui sua origem profundamente ligada à atuação militar. Em 1787, com o estabelecimento de um acampamento militar designado para delimitar as terras portuguesas e espanholas que cercavam a região, inicia o processo de formação do município (Beltrão, 2013) e, junto, uma tradição de viés conservador intrínseco ao militarismo; (ii) **ferroviários**: a expansão urbana e o

4 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-22/tse-equipara-distribuicao-fundo-eleitoral-cota-feminina>. Acesso em: 7/09/2018

desenvolvimento econômico de Santa Maria através da Viação Férrea em 1885 instauraram a prática de movimentos trabalhistas e sindicais no município (Carvalho e Agostini, 2001) e: (iii) **movimento estudantil**: que emergiu com o estabelecimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1960, fomentando a participação sobre debates políticos e influente na vida política cidade. Esses três grupos promoveram a diversidade de posicionamentos ideológicos, impactando na formação e influência dos partidos no município, como o PT e o PP, tornando Santa Maria um polo político significativo para o estado do Rio Grande do Sul.

PP e PT santa-marienses carregam em suas trajetórias, em suas pautas e demandas a identificação com esse tripé histórico-político do município. O forte viés militar e conservador favoreceu a trajetória do partido Progressistas, com sua origem no extinto partido ARENA surgido no período militar, e base de apoio ao regime. Embora o PP tenha mudado repetida vezes seu nome, para se desvincular das práticas negativas da ditadura militar, ainda assim reúne aspectos conservadores oriundos do período autoritário.

73

A participação eleitoral do Progressistas em Santa Maria começa em 1968 quando ainda se denominava ARENA. Desde sua fundação, o partido sempre esteve presente na câmara de vereadores e diversas vezes no executivo santa-mariense nos cargos de Prefeito e de vice-prefeito. Por quatro (4) vezes conquistou a prefeitura do município e três (3) mandatos no cargo de vice-prefeito de Santa Maria. Ao todo elegeu quatro (4) mulheres para Câmara de Vereadores de Santa Maria com mais de um mandato. Possui 3.163 filiados, sendo o quarto partido com o maior número de membros da cidade, perdendo para o PT, MDB e PDT.

No que se refere à presença feminina na construção do partido, no Progressistas não há registros sobre o ingresso de mulheres na sua fundação. O partido era considerado elitista e oligárquico e mantinha uma relação íntima com setores da sociedade considerados mais conservadores, como por exemplo os militares. Todos esses fatores, aliados a um regime que restringia os direitos políticos, talvez expliquem a inexistência da inserção das mulheres no seu processo de fundação.

Já o Partido dos Trabalhadores no município se constituiu a partir de movimentos sindicais e estudantis. A fundação oficial do PT em Santa Maria foi resultado de discussões sobre o surgimento de um partido que vinha com a proposta de dialogar com os movimentos sociais e, principalmente, com trabalhadores. A intenção era fundar uma organização em nível municipal em sincronia com o surgimento do partido em âmbito nacional. O primeiro diretório provisório do PT santa-mariense foi constituído em 1981, mas as discussões sobre formação do partido em nível municipal datam do fim da década de 1970. O processo para a formação legal do PT, imposta pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, incidia na necessidade de a sigla possuir composição e filiados em um número determinado de municípios, do mesmo modo a incumbência de possuir número mínimo de votos nas eleições de 1982. Por esta razão, os petistas santa-marienses, convergindo ao movimento que ocorria no resto do país, promoveram atos de filiação, reuniões e diversas ações a fim de concretizar a legalização da sigla. O resultado das urnas era um fator basilar para a consolidação do partido. Em 1982, seriam realizadas as primeiras eleições sobre a prerrogativa do multipartidarismo. O diretório petista em Santa Maria compôs chapa, contudo não houve nenhum candidato eleito.

Mas desde 1986 o PT possui representantes em todas as legislaturas municipais seguintes. E conquistou a prefeitura em 2000, feito que se repetiu em 2004 com a reeleição de Valdeci Oliveira. Com relação à participação feminina, de 1986 a 2016, o PT elegeu quatro (4) mulheres para a Câmara de Vereadores de Santa Maria e por duas vezes a vereadora mais votada. Em 2008 a única edil eleita pelo PT foi a segunda candidatura com maior adesão eleitoral entre todos os candidatos ao legislativo municipal e a primeira dentro do seu próprio partido. Atualmente a sigla tem 7.074 filiados, sendo o partido com maior número de filiados do município.

A composição da executiva de ambos os partidos possui características bastante diferentes. Enquanto a executiva do PP possui a composição similar aos demais partidos brasileiros com cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e líderes das bancadas, características derivada da estrutura proposta pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a executiva do PT possui estrutura

diferenciada com alguns cargos específicos como as secretarias de Organização, Finanças, Planejamento, Formação Política, de Comunicação, Movimentos Populares.

3.1. PP e PT: ideologia e inserção feminina nos espaços de poder intrapartidário

Embora as afirmações que definem os partidos em blocos de esquerda-direita no Brasil não estejam livres de críticas e reformulações, ainda assim prevalece enquadramentos um tanto em conformidade sobre o direcionamento político-ideológico dos partidos. Partindo desse ponto de vista, o PP e o PT são classificados em blocos ideológicos diferentes, respectivamente de direita e esquerda, como aponta estudiosos do assunto (Quadros, 2012; Barbosa, 2015).

O PP não possui nenhum tipo de mecanismo de ação afirmativa ou discriminação positiva. Sua organização também é bastante vertical o que dificulta a inserção de outros atores políticos. No entanto, o partido utiliza outros meios para a inserção das mulheres na política, como por exemplo, o PP mulher. O programa é uma medida direcionada às mulheres mais influentes dentro do partido. Fundado em 1996, um ano após a primeira versão da lei de cotas para cargos proporcionais, hoje o programa conta com outros mecanismos e uma ala destinada à “Mulher Progressista”.

O PT utiliza a implementação da paridade de gênero nas direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias desde 2010; com o intuito de gerar equilíbrio das decisões dentro do partido. Espaços destinados à discussão das questões femininas, como secretarias de mulheres e outros programas são práticas estabelecidas primeiramente por partidos de esquerda (Araújo, 2005).

Quanto aos estatutos dos dois partidos pesquisados, a participação feminina é referenciada de formas diferentes. Embora, os partidos tragam referência à importância da participação partidária feminina nos seus espaços, apenas o PT apresenta procedimentos para a concretização de uma maior inserção da mulher. No estatuto atual do PP (2018) não se encontra referências contundentes às mulheres e a sua inserção no cenário político. O ponto de destaque observado foi a criação e manutenção de programas destinados à participação política das mulheres, fixando um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total definido pela Comissão

Executiva Nacional; e o direcionamento de 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Partidário às Mulheres Progressistas. Vale lembrar que esses 5% do fundo partidário destinado ao programa Mulheres Progressistas é estipulado pela lei de cotas. Ou seja, essa resolução não é uma medida partidária.

No estatuto do PT é possível observar algumas referências às mulheres, com ênfase na paridade de gênero nos cargos das comissões e demais direções, delegações e secretarias. O artigo IV do estatuto apresenta a questão com mais especificidade – as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens) (Estatuto PT, 2017, p. 8). Também, como no caso do PP, o Partido dos Trabalhadores faz menção à distribuição de 5% dos recursos do fundo partidário para os programas de incentivo à participação feminina, prevista na lei.

4. Materiais e método

A pesquisa se propõe a analisar presença das mulheres nas Comissões Executivas Municipais do PP e PT no município de Santa Maria/RS. O procedimento metodológico para a sua realização foi o método comparativo, com o auxílio do método estatístico-descritivo. O recorte espacial para a análise são as Comissões Executivas do PP e do PT em Santa Maria. A comparação realizou-se de forma sincrônica, ou seja, dois casos diferentes em um mesmo período (Lijphart, 1975). O recorte temporal abrange o período compreendido entre 1999 e 2019, permitindo ao estudo, através de dados secundários, a análise longitudinal do número de comissões disponíveis; a fim de compreender o desenvolvimento da participação e representação das mulheres nesses ambientes partidários.

As categorias analíticas para a comparação empírica da pesquisa foram: (i) participação política, observada de forma quantitativa, a partir do número de mulheres que integram esses espaços, caracterizada em dois tipos: **legal**, compreendido pelo reflexo numérico das prerrogativas legais que os obrigam a preencher 30% das candidaturas femininas; e **paritário**, observado a partir do que a literatura defende como o ideal para uma sociedade mais justa, a equidade entre homens e mulheres no cenário político partidário. E a (ii) representação política,

observada de modo qualitativo a partir da compreensão de quais os lugares/espacos e papeis que essas mulheres ocupam nas comissões executivas municipais, com base na concepção de **cargos simbólicos** (Medero, 2007) onde as funções atribuídas não interferem diretamente nas decisões partidárias, e **cargos chaves** (Ribeiro, 2014), aqueles que controlam as principais funções e responsabilidades na gestão do partido. O quadro 1 sintetiza as categorias e sua operacionalização.

Quadro 1: categorias comparativas de participação e representação das mulheres nas Comissões Executivas do PP e do PT de Santa Maria/RS

Categorias	Tipos	Descrição
Participação política Percentual de mulheres e homens nas esferas decisórias dos partidos em Santa Maria/RS (comparação intrapartidária e entre ambos os partidos).	-Legal	Atinge os 30% da participação nas comissões executivas
	- Paritário	Atinge a paridade de gênero nas comissões executivas municipais
Representação política Espacos e papeis que as mulheres ocupam nas Comissões Executivas Municipais.	-Cargos simbólicos	Cargos sem força para interferir nas decisões partidárias
	-Cargos chaves	Cargos que controlam as principais áreas do partido

Fonte: Elaboração própria.

Os dados para a realização da pesquisa foram obtidos através do exame de documentos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE (Tribunal Regional Eleitoral). O levantamento foi composto por todas as composições das Comissões Executivas Municipais do PP e do PT disponíveis nos portais. Bem como os dois (2) estatutos partidários, a fim verificar a presença feminina na vida política partidária no que se refere ao que se está operacionalizando como participação e representação.

5. Resultados e Discussão

As similaridades e diferenças quanto à inserção das mulheres nas esferas de poder do PP e PT santa-mariense foram observadas a partir da operacionalização das categorias participação e a representação. Importante ratificar que a participação foi analisada sob a perspectiva quantitativa, ou seja, o número de mulheres nas

Comissões Executivas (CEs). Já a representação foi observada a partir do tipo de cargo ocupado por essas mulheres nas CEs ao longo dos 20 anos de dados coletados.

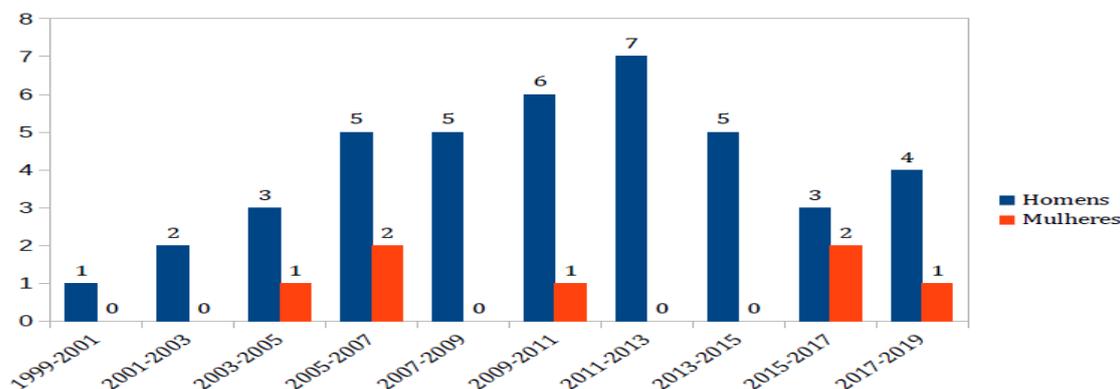
-Participação política feminina nas comissões executivas do PP e do PT em Santa Maria.

A participação política foi observada a partir de dois tipos: 1) **legal** e 2) **paritária**. Os tipos foram operacionalizados através do número de mulheres que compõem as executivas municipais e os índices de renovação nesses espaços, a fim de saber se internamente os partidos refletem numericamente os 30% imposto pela lei e se ultrapassam essa medida instaurando, o que a literatura defende como o ideal para uma sociedade mais justa (Sanchez, 2016), uma participação paritária nos partidos.

A primeira questão que chama a atenção é a baixa e, por vezes, inexistente participação feminina nas comissões executivas do PP, observada pelo número de mulheres presentes nessa esfera partidária, como se pode verificar no gráfico 1.

78

Gráfico 1: Número de participantes nas Comissões Executivas do PP de Santa Maria/RS entre 1999 e 2019, divisão por sexo



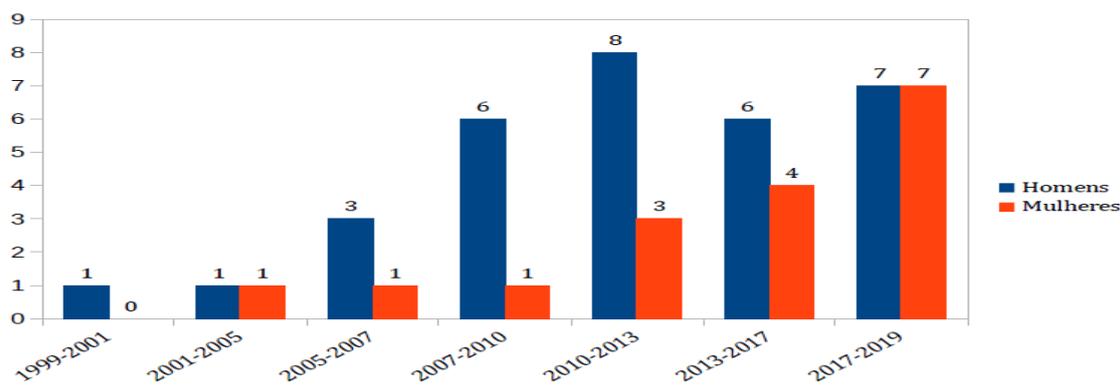
Fonte: TSE, 2019 / Elaboração própria.

Ao longo de 20 anos e 10 comissões analisadas os dados comprovam a desigualdade de gênero. Dos 48 cargos, estruturados nas 10 comissões, apenas sete foram ocupados por mulheres. O partido apresenta períodos de oscilações quanto ao ingresso

feminino. Importante fato é que metade das composições executivas não possui nenhuma mulher, isso corresponde a cinco das dez composições analisadas (1999, 2001, 2007, 2011 e 2013). Em 2015, observa-se o ingresso mais significativo com relação à presença feminina se comparada à masculina, quando as mulheres ocuparam dois dos cinco cargos existentes, representando 40% dos membros. Em outros anos nunca passaram dos 29% dos membros. Mesmo considerando que o partido possui poucos membros em sua executiva, os dados evidenciam a persistente disparidade; e o pequeno efeito dos programas de incentivo às mulheres na política que o partido possui.

Analisando as comissões executivas do PT com divisão por sexo (gráfico 2), os dados demonstram que a sigla tem uma maior presença feminina nas suas executivas partidárias em comparação ao PP.

Gráfico 2: Número de participantes nas comissões executivas do PT de Santa Maria/RS de 1999 a 2019, divisão por sexo



Fonte:TSE, 2019 / Elaboração Própria.

Na série temporal analisada, o PT santa-mariense apresentou sete formações de Comissão Executiva com 49 cargos. Destes, 17 foram ocupados por mulheres. Ao contrário do PP, o PT apresenta, como o gráfico dois evidencia, uma trajetória crescente de participação feminina na equipe diretiva do partido. Mas os dados revelam que esse crescimento tem um marco temporal – começa com a formação de 2013/17.

Com a aprovação da paridade de gênero em 2010, que só passou a vigorar a partir de 2013, a composição seguinte demonstra um crescimento expressivo,

chegando a 31%, mesmo assim não cumprindo a medida imposta. A gestão de 2017 foi a primeira a cumprir a normativa, e as mulheres passam a compor exatos 50% dos membros. Essa trajetória sugere duas constatações: a importância da luta pelo reconhecimento dos direitos com efetividade, ao se observar o cumprimento das normativas; e o compromisso do partido com a pauta feminista da participação da mulher nos espaços de poder.

Essa variação da participação feminina, visualizada nos gráficos 1 e 2, pode ser melhor compreendida quando se observa o movimento interno do ambiente partidário através da renovação das comissões executivas. As tabelas 1 e 2 apresentam os percentuais de renovação das comissões executivas do PP e PT em Santa Maria/RS. Os percentuais foram calculados considerando os membros que nunca participaram de nenhuma gestão anterior à composição.

No caso do PP, os percentuais de renovação feminino, com a inserção de novos membros na esfera de poder do partido, são mínimos (Tabela 1). Esse fato corresponde à oligarquização de “velhas elites partidárias”, pois apenas três mulheres integraram esse espaço partidário no total das cinco gestões em que elas estavam presentes. Destas, uma mulher participou de todas as cinco gestões apenas em diferentes cargos. Não se pode definir a presença constante de um único membro mulher como uma prática oligárquica feminina nas comissões, entretanto, a presença de uma mesma mulher em todas as composições em que o gênero feminino participou, sugere que esta compõe a oligarquia do partido.

Tabela 1: Índices de renovação das comissões executivas do PP de 1999 a 2019

Gestão	Nº de Membros	Nº de membros por sexo	Nº Total de Renovações	Índice de Renovação Total	Nº de Membros Renovados Homens	Índice de Renovação Masculina sobre o total	Nº de Membros Renovadas Mulheres	Índice de Renovação Feminina sobre o total
1999/01	1	1(H)/0(M)	1	100%	1	100%	0	0%
2001/03	2	2(H)/0(M)	2	100%	2	100%	0	0%
2003/05	4	3(H)/1(M)	2	50%	1	50%	1	50%
2005/07	7	5(H)/2(M)	6	86%	5	83%	1	17%
2007/09	5	5(H)/0(M)	1	20%	1	100%	0	0%
2009/11	7	6(H)/1(M)	3	43%	3	100%	0	0%
2011/13	7	7(H)/0(M)	1	14%	1	100%	0	0%
2013/15	5	5(H)/0(M)	0	0%	0	0%	0	0%
2015/17	5	3(H)/2(M)	4	80%	3	75%	1	25%
2017/19	5	4(H)/1(M)	1	20%	1	100%	0	0%

Fonte: TSE/ Elaboração própria.

Desde 1999, o partido Progressistas santa-mariense realizou 10 eleições para seu diretório e consecutivamente para sua executiva. Durante esse período, foram disponibilizados 48 cargos dos quais 21 destes foram destinados aos membros novos, isso configurou em cerca de 43% dos cargos, em 20 anos de análise dos dados. Ou seja, mais da metade desses cargos foram ocupados por membros que já estavam inseridos nesse espaço. O partido possui em alguns casos altos índices de renovação, principalmente nas primeiras comissões, de 1999 a 2005. As formações que se sucederam a partir de 2007 demonstram uma tendência a diminuir percentuais de renovação, oscilando de zero a 43%, com exceção da composição de 2015 que possuiu 80% de novos membros.

Os índices de renovação feminina não ultrapassam os 50%. Essa tendência é notória em todas as gestões. Em quatro delas (1999/2001/2005/2015) estavam sendo renovadas mais de 2/3 das vagas e os percentuais de renovação que incluía mulheres ou foi zero ou atingiu o máximo de 25%. A baixa participação das mulheres nas comissões do PP é um fato que contribui para que não haja renovação feminina nesse período. Com exceção, novamente, do ingresso da composição de 2015. Ao total apenas três mulheres ocuparam algum cargo nas dez composições analisadas, isso é cerca de 10% do total de membros da executiva da sigla.

Por isso é importante discutir a oligarquização desses espaços. Mesmo que esses índices indiquem mudanças sucessivas, o alto índice de permanência por mais de uma gestão dos membros da CEM do PP demonstra que certos grupos se apoderam do poder organizacional do partido em nível municipal. Constatou-se que é cada vez mais evidente que este fenômeno político vem ocorrendo no partido em Santa Maria. Essa prática sugere que o partido possui uma oligarquização patriarcal e conservadora em suas esferas de poder, com a permanência de participantes relutantes em inserir mais mulheres nesses espaços diretivos partidários. Essa condição sugere também a falta de lideranças internas femininas no partido. Segundo Ribeiro (2008), quando o partido possui em sua base lideranças femininas o ingresso destas nas esferas de poder torna-se necessário.

Com relação ao PT, observa-se a renovação das Comissões Executivas como uma prática recorrente na série estudada, como pode ser visualizado na tabela 2.

Tabela 2: Índices de renovação das Comissões Executivas do PT de 1999 a 2019

Gestão	Total de Membros	Nº de membros de por sexo	Nº Total de Renovações	Índice de Renovação Total	Nº de Membros Renovados Homens	Índice de Renovação Masculina sobre total	Nº de Membros Renovadas Mulheres	Índice de Renovação Feminina sobre total
1999/01	1	1(H)/0(M)	1	100%	1	100%	0	0%
2001/05	2	1(H)/1(M)	2	100%	1	50%	1	50%
2005/07	4	3(H)/1(M)	4	100%	3	75%	1	25%
2007/10	7	6(H)/1(M)	6	86%	5	83%	1	17%
2010/13	11	8(H)/3(M)	10	91%	7	70%	3	30%
2013/17	10	6(H)/4(M)	9	96%	5	56%	4	44%
2017/19	14	7(H)/7(M)	7	50%	3	43%	4	57%

Fonte: TSE/ Elaboração própria.

Nos últimos 20 anos o PT promoveu sete eleições diretivas. Nestas formações foram disponibilizados 49 cargos executivos, e 38 foram ocupados por dirigentes que ainda não tinham participados de nenhuma gestão anterior, dos quais nove mulheres. Isso representa uma renovação total de 77,5%. A tabela 2 demonstra elevada renovação dentro do PT e entre ambos os sexos desde sua primeira gestão analisada. O índice mais baixo de renovação foi em 2017, onde apenas metade dos membros foi renovada. Para Ribeiro (2014), isso se deve ao fato de o partido possuir

diferentes tendências internas que entram em disputa pelos postos de diretivos, gerando um ciclo de renovação.

Mas o que chama a atenção é a tendência decrescente de renovação que o partido vem sofrendo. Assim como no Progressistas, os altos índices nas primeiras gestões podem ser consequência de estas serem as primeiras composições em formação do partido, e por não estarem com as informações completas. Entretanto, a partir de 2005, onde as composições passam a possuir mais membros descritos, os índices vêm caindo gestão a gestão.

O mesmo fenômeno decrescente ocorreu com as renovações femininas até a composição de 2013, quando os índices voltam a subir expressivamente, chegando a 57%, superior à renovação masculina, 43%, e à renovação total; que ficou em 50% em 2017. É importante lembrar que em 2013 as composições do PT já contavam com a prerrogativa interna de paridade de gênero em todas as instâncias partidárias. Isso pode ter mobilizado a substituição de antigos membros homens para a inserção de novos membros mulheres a fim de cumprir a medida petista.

83

Como se pode observar nos gráficos e tabelas, há discrepâncias entre os dois partidos sobre a participação feminina nas comissões executivas do município. Enquanto o PT possui a participação de mulheres em seis das setes composições executivas da sigla, e por vezes com expressiva presença atingindo a paridade na última gestão (2017-2019), o PP apresenta baixíssimos números de participação feminina nas Comissões executivas, chegando a não possuir nenhuma mulher em metade delas, e baixo índice de renovação.

No que se refere aos tipos de participação propostos e analisados neste estudo, **legal e paritário**, o partido Progressistas atingiu e superou em apenas uma (2015/2017), de dez comissões analisadas, os 30% de presença feminina nos cargos executivos. Em outras duas gestões, a participação feminina do partido se aproximou do tipo legal com 25% em 2003/2005 e 29% em 2005/2007. Em sete comissões os progressistas não conseguem replicar internamente as prerrogativas legais das cotas eleitorais de gênero. Esse comportamento evidencia um padrão de participação política muito distante de uma paridade entre homens e mulheres.

O Partido dos Trabalhadores possui crescente em sua participação feminina, desde a gestão de 2007/2010. Algumas questões devem ser levadas em conta para gradativa participação feminina no espaço diretivo do partido: em primeiro lugar, a inclusão de novas secretarias temáticas acarretou no aumento de membros das comissões executivas do PT. Em segundo, as medidas instituídas pelo partido, inicialmente com as cotas de 30% para as mulheres. Por fim, a paridade de gênero em todas as instâncias e esferas partidárias.

Nessa direção, em termos de participação feminina, o PT atinge a participação do tipo legal em três das sete comissões analisadas (2010-13/ 2013-17/ 2017-19). E atinge a paridade de gênero em uma comissão – a de 2017-19. Com estes dados ainda não se pode sugerir um padrão de paridade, visto que em apenas uma gestão das sete analisadas o partido atingiu esse tipo de participação. Mas se pode argumentar uma tendência à participação do tipo legal neste espaço de decisão do partido.

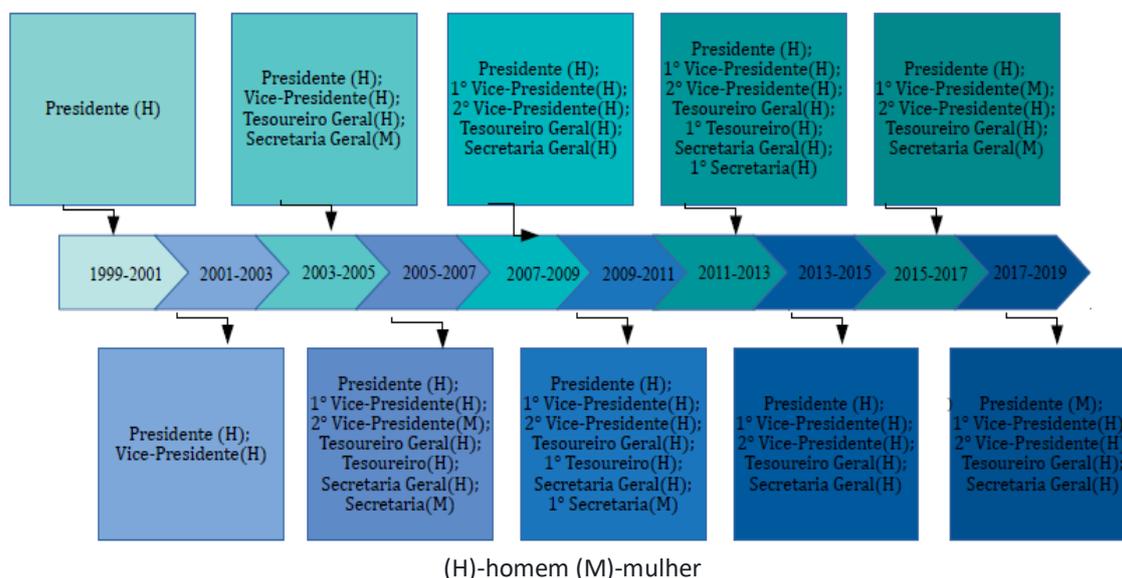
84

- Representação política feminina nas comissões executivas

Segundo Sanchez (2016), a participação feminina na política não pode ser analisada apenas por questões numéricas, ela necessita ser tratada em termos qualitativos. Assim, “a paridade de participação é um estado qualitativo e significa estar em igualdade com os outros em todos os aspectos da vida social, algo que os números não garantem” (Sanchez, 2016, p. 43). Nessa direção este estudo se propõe a observar o fator qualitativo da participação como representação, se preocupando em verificar que espaços são esses que as mulheres estão ocupando nas esferas de poder intrapartidário. Nesse sentido, foram observados dois tipos de representação: os **cargos simbólicos** (Medero, 2007), com funções que não interferem diretamente nas decisões partidárias, e **cargos chaves** (Ribeiro, 2014, p. 139), aqueles que controlam as principais funções do partido. A denominação de cargos chaves, neste estudo, foi baseada em Ribeiro (2014:39); argumentando que, além do presidente, “Delega-se, assim, ao secretário-geral, secretário de organização ou ao tesoureiro a responsabilidade pela gestão cotidiana do partido; em regra, tais dirigentes

permanecem no cargo por vários mandatos". A figura 1 apresenta as composições das Comissões Executivas do PP entre 1999 e 2019.

Figura 1: Composição das Comissões Executivas do PP 1999-2019 por sexo



Fonte: TSE, 2019 / Elaboração Própria.

O PP não possui informações completas sobre sua composição nas primeiras gestões, conforme dados do TSE. As composições completas, ou com as principais funções partidárias definidas, só ocorrem a partir de 2003-2005. Essa foi a primeira formação que contou com uma mulher, ocupando a função de secretária geral. Em 2005-2007, o número de membros subiu para sete, foram acrescentados 2º vice-presidente, 1º secretário e 1º tesoureiro. Nesta ocasião duas mulheres participaram da composição como 2º Vice-Presidente e 1º Secretário.

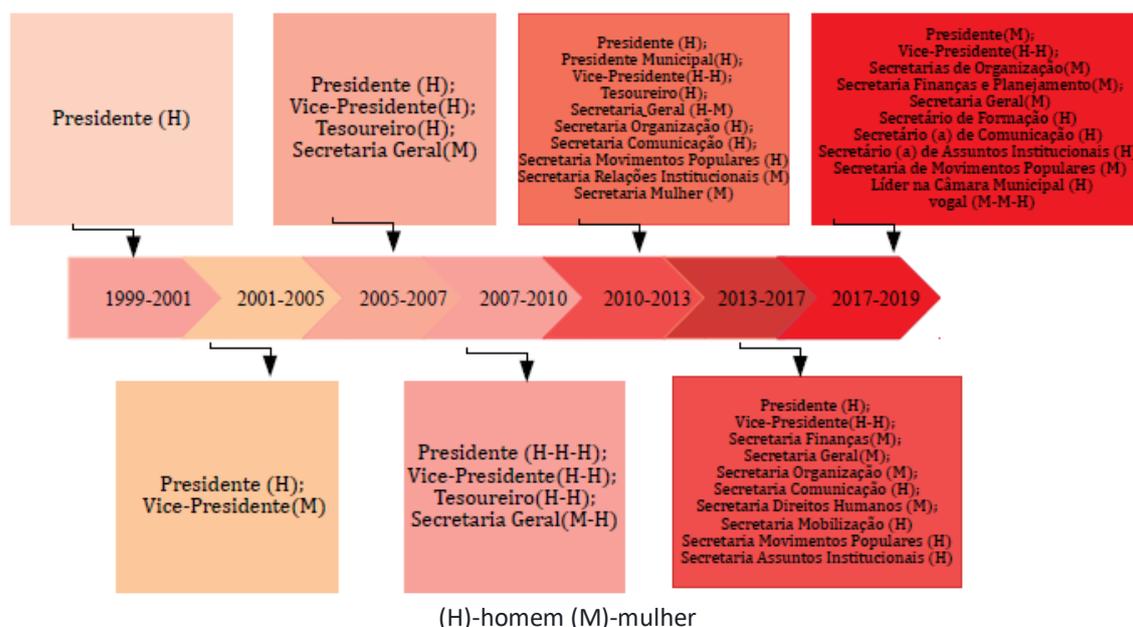
As CEMs seguintes possuíram oscilações quanto ao número de membros e funções. Apenas em 2009-2011 uma mulher como 1º Secretário fez parte da CEM progressista. Em 2015-2017 a composição contou com cinco membros, sendo duas mulheres que ocuparam cargos de tesoureiro geral e primeira 1º vice-presidente. Mesmo com o número reduzido de mulheres que compõe o espaço de maior poder partidário, em 2017-2019, dos cinco membros da gestão, a única mulher conseguiu o cargo de maior poder partidário; a presidência da comissão executiva municipal do PP.

Os dados acima sugerem que os cargos da CEM mais propensos à representação das mulheres dentro da sigla são os de Secretário Geral, 1º secretário, Tesoureiro Geral e 1º tesoureiro. Não se pode negar que os cargos de Secretário Geral e Tesoureiro Geral são de grande relevância dentro da organização partidária. No entanto, esses foram ocupados por elas em escassas oportunidades. Vale ressaltar, que por possuir apenas funções essenciais para a administração dentro de sua executiva, é natural que as poucas mulheres que ingressaram nesta esfera de poder estejam em órgãos mais importantes. Nesse sentido, como não há muita renovação nos cargos e como são poucos cargos nas comissões executivas, as mulheres costumam assumir cargos considerados chaves no PP. Vale ressaltar que no período pesquisado três mulheres ocuparam sete cargos, dos 48 cargos estruturados em 10 formações de comissões executivas. Ou seja, 14,5% dos cargos foram ocupados por mulheres em 20 anos da análise temporal.

A figura 2 apresenta as composições das Comissões Executivas do PT no período de 1999 a 2019.

86

Figura 2: Composição das Comissões Executivas do PT 1999-2019 por sexo



Fonte: TSE, 2019 / Elaboração Própria.

No que se refere ao PT, a primeira composição disponível que se tem acesso é de 1999-2001. No entanto, apenas o nome do Presidente foi identificado no documento. A segunda (2001-1005) composição contou apenas com os nomes do Presidente e do Vice-presidente. Porém mesmo que contendo na certidão do TSE apenas essas poucas informações, um dado é relevante, o cargo de vice-presidência na composição de 2001-2005 foi ocupado por uma mulher. Esse elemento já nos fornece embasamento, mesmo que mínimo, sobre a representação das mulheres nesses espaços. Apesar deste ser um cargo que não possui tanto prestígio, ainda assim possui relevância dentro de esferas de poder.

A composição que vigorou de 2005 a 2007 é a primeira que apresenta uma formação onde as principais funções partidárias são nomeadas: Presidência, vice-presidência, secretaria geral e tesoureiro. Dentre elas, uma mulher ocupa a pasta da secretaria geral. Na formação seguinte, em 2007-2009, a função é destinada novamente a uma mulher. Esse cenário começa a mudar a partir de 2010, onde a CEM dobra seu número de membros com a inclusão de novas secretarias temáticas, as secretarias da Mulher e de Relações Institucionais. Na gestão de 2013-2017 novas secretarias foram incluídas, e dos dez membros; quatro eram mulheres; titulares das Secretarias de Finanças, Direitos Humanos, Organização e Geral.

Observa-se que as mulheres estão presentes em cargos chaves, como finanças, secretaria de organização e secretaria geral em duas composições (2010-2013/2013-2017). No entanto, o aumento do número de mulheres nas CEMs do PT a partir de 2010 incide em boa parte da criação de novas secretarias temáticas (Secretaria de Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos). Estas secretarias são consideradas ambientes onde as mulheres podem desenvolver melhores suas funções maternas e de cuidado, o que demonstra uma divisão sexual no espaço intrapartidário.

O cenário é completamente diferente na posse da executiva de 2017, pela primeira vez, o partido compõe a paridade de gênero em suas instâncias diretivas no município e, principalmente, em cargos de maior importância dentro da organização. Sete mulheres, dentre os 14 membros, ocuparam os cargos de Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Organização, Secretaria de finanças e planejamento, Secretaria de

Movimentos Populares e duas vogais. Conforme Ribeiro (2014, p. 140) “as secretarias geral, de organização e de finanças sempre foram os cargos mais cobiçados na máquina (depois da presidência)” dentro do PT. Dos 17 cargos ocupados por mulheres entre os 49 estruturados nas sete comissões pesquisadas, oito são considerados cargos chaves.

Nos dois partidos pesquisados os dados evidenciam que as mulheres, em sua maioria, ocupam cargos simbólicos, ou seja, sem expressividade dentro dos espaços de decisão partidária. Nesse sentido, é difícil pensar uma representação substantiva, como propõe Pitkin, porque não há espaços para o “agir por”. No entanto, a última gestão de ambos os partidos demonstra uma mudança. No PP o cargo de presidência foi ocupado por uma mulher e no PT os principais cargos chaves que controlam o partido ficaram sob a responsabilidade feminina.

6. Conclusão

As análises possibilitaram, a partir da comparação, identificar o tipo de participação e representação feminina no PP e PT em Santa Maria/RS e verificar se a concepção ideológico-partidária do PP e PT contribuiu para uma maior ou menor presença feminina na arena política partidária, como sugere a literatura.

Com relação à participação política, verificou-se em ambos partidos predominância masculina, mas o PT apresenta, e de forma crescente, maior participação feminina em suas instâncias de poder, configurando uma tendência ao que se chamou neste estudo de participação legal. E chegou à paridade de gênero na última composição (2017- 019). Já o PP com participação feminina baixa, e por vezes inexistente, demonstra uma tendência conservadora na escolha da sua composição diretiva.

Na análise da representação política feminina ainda é possível observar estereótipos sociais de gênero incutido em uma sociedade patriarcal nos espaços partidários estudados. No Partido dos Trabalhadores, as mulheres, na maioria das vezes, foram designadas a ocupar postos mais simbólicos dentro das comissões, fato que foi se alterando partir da normativa partidária instituída em 2010, a qual impôs a paridade de gênero em todas as instâncias organizacionais da sigla. Esse mecanismo

incentivou a maior participação das mulheres e, em consequência, passaram a ocupar os maiores postos executivos das comissões, os cargos-chaves dentro do partido. No PP, as mulheres se encontram em insípida participação nas Comissões; e os poucos cargos diretivos atribuídos a elas foram simbólicos. Entretanto, na última gestão o cargo de maior poder de decisão da sigla foi ocupado por uma mulher.

Com relação ao perfil ideológico, o maior número de mulheres nas comissões executivas do PT é resultado das políticas internas de cotas e, posteriormente, da paridade de gênero - típicas de partidos mais à esquerda no espectro ideológico. Já no PP, sem políticas de cotas, o programa de promoção à participação de mulheres não demonstra impacto expressivo. Desse modo, os dados sugerem a influência do perfil ideológico para uma maior presença feminina nas Comissões Executivas, quando se observa a categoria de participação tanto através do tipo legal quanto paritário. Mas ao se observar a representação, através de cargos nas Comissões, pode-se verificar comportamentos que aproximam os dois partidos – os cargos-chave ocupados por homens. Mesmo que na última gestão ambos os partidos tenham direcionado os cargos-chave às mulheres, não se pode identificar esse fator como um fenômeno recorrente ou um padrão dos níveis diretivos de ambos os partidos, uma vez que nas outras gestões a maioria dos postos ocupados por mulheres foi em cargos simbólicos sem força nas decisões das siglas.

89

Referências

ARAÚJO, Clara. (2005) “Partidos Políticos e Gênero: mediações das rotas de ingresso das mulheres na representação política” *Revista Sociologia e Política*, n.24, p. 193-215.

AVELAR, Lúcia (2011) “As Mulheres, os Partidos e as eleições de 2010” TD. *Teoria e Debate*, v. edição, p. 7-9.

AVELAR, Lúcia. (2004) “Participação política” In: AVELAR, L; CINTRA, A. O. (orgs.). *O Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP, p. 261-280.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme (2015) “Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais.” *Newsletter - Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, v.2, n. 10, p. 1-13.

BELTRÃO, Romeu (2013) *“Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787 – 1930.* 3. ed. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM.

BORBA, Julian (2012) “Participação política: uma revisão dos modelos de classificação.” *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, N. 2.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido (2011) “Participação convencional e não convencional na América Latina.” In: BAQUERO, M (Org.). *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXII na América Latina.* Porto Alegre: UFRGS, p.95-118.

CARVALHO, Daniela VALLANDRO; AGOSTINI, Lenir Cassel (2001) “A comunidade santamariense e o resgate da memória: história e política (1954-1964)”. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria*, v2, n1, p49-64. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1585/1490>
Acesso em: 27/04/2019.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (Eds) (2005). *Assessing the Quality of Democracy.* Baltimore: *The Johns Hopkins University Press.*

DUVERGER, Maurice. (1980) *Os Partidos Políticos.* São Paulo: Zahar.

ESTATUTO DO PP. *Estatuto.* 2018. Disponível em: <http://www.pp.org.br/sites/2000/2056/Estatuto/Estatutoweb.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

ESTATUTO DO PT. *Estatuto.* 2017. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-pt-de-3-6-2017aprovado-em-17-10-2017>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

LIJPHART, Arend. (1975) “A política comparativa e o método comparativo”. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 18, nº4.

MEDERO, Gema. Sánchez. (2007) “El papel de las mujeres en dos grandes partidos españoles: PP y PSOE.” *Política y Cultura*, núm 28, p. 99-132.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos.* Brasília: UNB, 1981.

NORRIS, Pippa (2013). Recrutamento político. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32.

PHILLIPS, Anne. (2001) “De uma política de ideias a uma política de presença?” *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.9, n.1, p.268-290.

PINTO, Celi Regina. J. (2001) “Paradoxos da participação política da mulher no Brasil.” *Revista USP*, São Paulo, v. 49, p. 98-113.

PITKIN, Hanna. (1979). "O conceito de representação." In: CARDOSO, F. H; MARTINS, C. E. Org. *Política e sociedade 2*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. (2012) *Progressistas, Mas Conservadores: A Ideologia Do Partido Progressista (Pp) No Rio Grande Do Sul*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, Pedro Floriano (2008). *Dos Sindicatos Ao Governo: A Organização Nacional Do PT De 1980 A 2005*. Tese (Doutorado) Local: Universidade Federal De São Carlos (UFSCAR).

RIBEIRO, Pedro. Floriano (2014). Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista Sociologia e Política*, v. 22, n. 52, p. 121-158.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno (2012). Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v.18, n.1, p.177-197.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues (2016). *Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados*. _Dissertação (Mestrado) [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo]. Local: Universidade de São Paulo (USP).

91

Recebido em 1 de outubro de 2019
Aprovado em 5 de novembro de 2019
<https://doi.org/10.31990/agenda.2019.3.4>